



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

(EIXO DE GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS)

**Análise de políticas de educação ambiental: a territorialização  
pelos agentes de combate às endemias**

Izabelle Cristina Gusmão da silva <sup>1</sup>  
Daiison Felix Jacinto <sup>2</sup>  
Eloiza Cristiane Torres<sup>3</sup>  
Francesca Aparecida Willy Amaral<sup>4</sup>  
Márcia Aparecida Procópio da Silva Scheer<sup>5</sup>

**Resumo.** O objetivo deste artigo é analisar como as políticas de educação ambiental em relação ao combate à dengue são praticadas, por intermédio dos agentes de combate às endemias, pelo território. Os procedimentos metodológicos qualitativos envolveram revisão sistemática de literatura e análise de conteúdo. O trabalho apresentou de forma ampla a literatura científica que orienta para o combate a dengue no dia a dia dos agentes municipais de endemias.

**Palavras-chave:** Combate à Dengue; Geografia da Saúde; Educação Ambiental Emancipatória;

**Abstract:** The objective of this article is to analyze how environmental education policies in relation to combating dengue are practiced, through agents combating endemic diseases, throughout the territory. The qualitative methodological procedures involved a systematic literature review and content analysis. The work broadly presented the scientific literature that guides the fight against dengue in the daily lives of municipal endemic agents.

**Key-words:** Combating Dengue Fever; Geography of Health; Emancipatory Environmental Education;

## 1. INTRODUÇÃO

A interdependência entre políticas públicas e saúde ambiental é um aspecto crucial a ser considerado. As ações governamentais desempenham um papel fundamental na proteção do meio ambiente, o que influencia diretamente a qualidade de vida das populações. Por outro lado, problemas ambientais como poluição do ar, da água, desmatamento, mudanças climáticas e proliferação de vetores de doenças impactam significativamente na saúde pública.

Nesse sentido, o ciclo de políticas públicas, que abrange a identificação de problemas, formulação, implementação e avaliação, é essencial para garantir a eficácia das ações governamentais em atender às necessidades da sociedade. A análise crítica desse ciclo nos

---

<sup>1</sup> Professora e Geógrafa, Doutoranda em Geografia no PPGeo-Uel, izabelle.gusmao@uel.br

<sup>2</sup> Professor, Mestrando em Geografia no PPGeo-Uel, daiisonfelix.j@uel

<sup>3</sup> Professora Doutora de Geografia no PPGeo-Uel, elotorres@uel.br

<sup>4</sup> Agente de endemias na cidade de Londrina, mpac.poramoralondrina@gmail.com

<sup>5</sup> Professora Doutora de Geografia na UNILA, marcia.scheer@unila.edu.br



permite compreender como as políticas são desenvolvidas, quem são os beneficiários e quais são os seus impactos reais na população e no meio ambiente.

Por sua vez, a territorialização das políticas de saúde ambiental, especialmente através do envolvimento dos agentes de combate às endemias em nível local, destaca a importância de considerar as particularidades de cada comunidade e região na implementação de medidas de prevenção e controle de doenças. Isso não apenas aumenta a eficácia das intervenções, mas também fortalece o vínculo entre os serviços de saúde e a comunidade, promovendo uma participação mais ativa dos cidadãos na promoção da saúde ambiental.

Em resumo, a interação entre políticas públicas e saúde ambiental demanda uma abordagem integrada e colaborativa para enfrentar os desafios ambientais e de saúde pública contemporâneos. Isso implica na promoção de políticas mais sustentáveis, conscientização da população e fortalecimento das capacidades locais para lidar com questões ambientais e de saúde de forma eficaz e equitativa. Este diálogo entre políticas públicas e saúde ambiental é essencial para a construção de sociedades mais saudáveis e sustentáveis.

Esse trabalho segue a abordagem qualitativa, proposta por Minayo (2010), que permite a investigação de grupos humanos em seu ambiente, incluindo indivíduos na sociedade, seus relacionamentos e instituições, história e expressões simbólicas. Nessa linha, Bardin (2009) orientou a análise das referências bibliográficas levantadas pela análise de conteúdo, pois as reflexões indicadas na revisão bibliográfica possibilitaram fortalecer ou contestar os argumentos elaborados pelos autores referenciados, além de contribuir para a criação de novas interpretações, visando à compreensão das concepções e práticas educativas dos ACEs.

## **2. CICLO E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Como área do conhecimento, a ciência das Políticas Públicas, tem início com a publicação da obra *The Policy Sciences* por David Lerner e Harold D. Lasswell em 1951 (Secchi, 2016). Neste livro, são atribuídas três características originárias para esta ciência, tais como: normatividade, multidisciplinaridade e foco na resolução de problemas públicos. Assim, como Secchi (2016) reforça, no momento de tomada de decisões e análises sobre políticas públicas, é preciso pensar em questões como: quem ganha com isso, por que dessa decisão e que diferença ela faz para a sociedade.

Ainda de acordo com Secchi (2016), a política pública como conceito pode ser compreendida a partir do reconhecimento de vários instrumentos que participam do seu processo de elaboração, compondo um ciclo de criação. Para explicitar melhor, Lotta (2008) explica como na literatura de políticas públicas estas são compostas por fases do seu ciclo: agenda, momento de decisão sobre os assuntos a serem discutidos na esfera pública; formulação, momento qual se especifica as propostas e se elabora um plano de ação; a implementação de uma política na prática; e por fim, na avaliação, momento de verificação dos resultados e impactos comparados com os objetivos inicialmente estabelecidos.

Ou seja, analisar esse ponto também corresponde a compreender a distribuição espacial de programas, planos e projetos, bem como analisar as desigualdades regionais oriundas do impacto de políticas públicas no país, pois Lotta (2008) nos aponta que pelo fato de incidirem seletivamente no espaço geográfico, as políticas públicas podem reorganizar e reconfigurar territórios. E tal fato ocorre porque toda ação sobre o território contém intencionalidade, já que pretende-se atingir um objetivo com uma decisão.



Com essa perspectiva em mente, admite-se que o foco de uma política pública é de fato modificar o ambiente em que os atores envolvidos ocupam, desde sua percepção até seus comportamentos sociais, pois só o ato de tomar uma decisão é uma política sujeita a aprovação ou desaprovação (Muller, 1998).

Também é possível inserir nesse debate as ações do Estado, como instituição pública, no território, já que este possui intencionalidades e interesses com certos objetivos que ganham materialização no espaço a partir do sistema de ações (Castro, 2013). Basicamente, para Milton Santos (2009), as ações não acontecem sem “um objeto, e quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto” (p. 95), pensando no sentido em como o Estado atua na organização de um determinado território. Nessa linha, Steinberger (2013) reforça a noção de inseparabilidade entre o Estado, as políticas públicas e o território.

Entretanto, como afirmam Bueno e Andrade (2019), mesmo com a amplitude conceitual deste debate, alguns aspectos tornam-se muito claros: a política pública permite distinguir o que o governo pretende fazer e o que ele, de fato, faz.

Secchi (2016) aponta que a análise de políticas públicas é a atividade e o campo de conhecimento teórico e metodológico voltados para a geração e sistematização de conhecimentos aplicados ao enfrentamento de problemas públicos. A análise serve para aumentar as chances de uma boa formulação, decisão e implementação de um plano de ação. Para isso, a análise depende de uma delimitação clara e precisa do que é o problema público, de geração de alternativas tecnicamente viáveis, de projeção de custos e benefícios com a implementação, de antecipação e dissolução de conflito de interesses. Ou seja, a análise de políticas públicas (*policy analysis*) busca gerar e sistematizar informações relevantes para o processo decisório para que a política pública seja mais apta a resolver ou mitigar o problema público.

Para suprir a dificuldade de homogeneização da terminologia no Brasil, alguns autores trouxeram a proposta de "análise de política pública" para a tarefa descritiva da construção teórica enquanto "análise para política pública" seria a tarefa prescritiva de intervenção na prática, mas Secchi opta pela distinção de "pesquisa de política pública" com funções de construção teórica e "análise de política pública" com funções de prover informações para o processo de tomada de decisão.

No Brasil, a análise de política pública é mais entendida como atividade do que profissão. Existem cargos e funções que, por mais que recebam o título de analista de política pública, não desempenham realmente as atividades, sendo reduzidas a tarefas burocráticas, enquanto um número considerável de servidores públicos e privados efetivam análises de políticas públicas sem receber a designação formal.

Ao pensarmos sobre políticas públicas, nesse caso educacionais, precisa-se levar em consideração que no processo de elaboração, aprovação e implementação, as reais intenções por trás de sua criação não costumam ficar explícitas no texto redigido, já que as políticas públicas são resultados de diversos embates, contradições e coalizões de interesses presentes na sociedade a partir de conflitos inter e intraclasses (Pereira et al., 2012) de partes que nem sempre possuem a mesma força para lutar neste processo.



### **3. TERRITORIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PELOS AGENTES DE COMBATE À ENDEMIAS**

A problemática ambiental emergiu nas últimas décadas como uma crise civilizacional, levantando questionamentos sobre a racionalidade econômica e tecnológica predominante (Leff, 2002). A Educação Ambiental (EA) surgiu da necessidade de promover uma utilização racional dos recursos renováveis e não renováveis do planeta, sendo fundamental sua implementação tanto em ambientes formais quanto informais de ensino (Reigota, 2001).

Ao abordar o campo da Educação Ambiental, apesar da preocupação comum com o meio ambiente e do reconhecimento do papel central da educação na melhoria das relações com o mesmo, diferentes autores adotam discursos variados sobre EA e propõem diversas maneiras de conceber a prática e as ações educativas nesse segmento (Sauvé, 2005).

Sauvé (2005) identifica as principais correntes da EA, tanto as de longa tradição quanto as mais recentes. Entre as de longa tradição estão a naturalista, a conservacionista/recursista, a resolutiva, a sistêmica, a científica, a humanista e a moral/ética; enquanto as mais recentes incluem a holística, a biorregionalista, a práxica, a crítica, a feminista, a etnográfica, a eco-educação e a da sustentabilidade.

Segundo Loureiro (2006), a Educação Ambiental Emancipatória (EAE) compreende a educação como um elemento de transformação social, inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos e na criação de espaços coletivos para estabelecer regras de convívio social, visando superar formas de dominação capitalista e compreender o mundo em sua complexidade e totalidade.

Loureiro (2006) destaca duas vertentes consolidadas no Brasil durante a década de 1970, a pedagogia histórico-crítica e a pedagogia libertária, que hoje se desdobram em novas concepções e tendências. Essas vertentes, inspiradas em diversos pensadores, incluindo Marx, Gramsci, Makarenko, Paulo Freire, entre outros, são amplamente reconhecidas e discutidas por educadores ambientais no Brasil e em outros países.

Para uma sociedade ecologicamente prudente e socialmente justa, é crucial considerar as dimensões sociais, econômicas, políticas, ideológicas, culturais e ecológicas dos problemas ambientais, promovendo uma compreensão relacional e dialética da realidade, que leve não apenas a mudanças culturais em direção a uma ética ambiental, mas também a mudanças sociais necessárias para construir uma sociedade mais justa e sustentável (Loureiro, 2006).

As práticas de EA são integradas ao ensino básico através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que coloca como competências específicas das ciências humanas e sociais aplicadas a necessidade de contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, visando propor soluções que promovam a consciência e a ética socioambiental, bem como o consumo responsável em níveis local, regional, nacional e global (Brasil, 2018).

Essas práticas podem esclarecer as pessoas sobre como suas vidas são influenciadas por políticas ambientais ou pela ausência delas. Idealmente, o conteúdo mais relevante para a EA surge das problemáticas vivenciadas pelos alunos em suas comunidades, sendo essencial que essa identificação seja feita em colaboração entre alunos e professores, visando uma mudança de mentalidade, comportamento e valores (Penteado, 2001).

Para Penteado (2001), nossa capacidade de construção está intimamente ligada à nossa consciência ambiental, a qual se desenvolve ao longo de nossas experiências como



cidadãos. Quando a Educação Ambiental consegue impactar o cotidiano dos alunos, capacitando-os a tomar decisões práticas e solucionar problemas ambientais em colaboração com os professores, alcançamos os princípios fundamentais da EA.

Leff (2002) destaca que transformar a racionalidade produtiva que degrada o ambiente requer uma série de condições econômicas e políticas. Portanto, é essencial colocar em prática os princípios do ecodesenvolvimento, buscando construir uma racionalidade ambiental que promova os objetivos do desenvolvimento sustentável e igualitário. Buscar dar autonomia aos alunos, capacitando-os a se tornarem cidadãos críticos capazes de propor soluções para problemas ambientais locais, com base na interdisciplinaridade e no respeito ao outro, é fundamental para uma abordagem eficaz da EAE, conforme demonstrado por todo o arcabouço teórico-metodológico apresentado neste projeto de pesquisa.

Assim, levando em consideração os apontamentos do tópico anterior, pretende-se analisar as políticas públicas de educação ambiental promovidas e implementadas por meio da atuação dos Agentes de Combate às Endemias no território, visando principalmente, a conscientização sobre a dengue.

De acordo com o Ministério da Saúde, as condições socioambientais no Brasil são altamente propícias para a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, o que tem permitido a disseminação do vetor desde sua reintrodução no país em 1976. O mosquito transmissor da dengue tem demonstrado grande capacidade de se adaptar ao ambiente resultante da urbanização acelerada e das mudanças nos hábitos da população. Dentro deste contexto, o setor da saúde não pode resolver sozinho a complexidade dos fatores que facilitam a propagação do vetor porque o controle da dengue requer uma intervenção global cuja abordagem vai além desse setor.

O mosquito *Aedes aegypti* pode se reproduzir em espaços internos ou ao redor de residências, armazéns, hotéis, ambientes com vegetação e em vários locais que contenham água limpa. Entretanto, estudos foram realizados que também apontam para a presença de focos do mosquito em água suja. Em um vasilhame de plástico encontrado em um terreno baldio contendo água suja, com mau odor e aparência poluída, podem estar presentes centenas de larvas do mosquito.

Desta forma, as esferas federais, estaduais e locais precisam elaborar formas de aplicar ações efetivas para garantia da saúde da população, uma vez que, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196 (Capítulo II, Seção II), diz que o Estado tem a obrigação de garantir a saúde como um direito de todos, por meio de políticas sociais e econômicas que visem diminuir o risco de doenças e outros problemas, além de proporcionar acesso universal e igualitário a medidas e serviços para promover, proteger e tratar condições relacionadas à saúde (Brasil, 1988).

A meta prioritária do Ministério da Saúde, nas políticas públicas de saúde, é descentralizar as ações de controle e combater o transmissor da dengue nos municípios, por meio de ações integradas de educação em saúde com foco na educação ambiental. Além disso, a abordagem interdisciplinar possibilita a cooperação entre os diferentes saberes, oferecendo uma assistência integral e de qualidade à população. A interdisciplinaridade na área da saúde é um processo metodológico inovador, atualmente considerado é buscado na Atenção Básica à Saúde (ABS) por meio da Estratégia de Saúde da Família (ESF), cujo princípio orientador é a Vigilância em Saúde.

As Campanhas de Educação em saúde são enfatizadas como o primeiro passo para uma ação eficaz contra o mosquito da dengue, visando informar as comunidades sobre a doença e as medidas adequadas para combatê-la, através da veiculação de publicidade nos meios de comunicação e campanhas em escolas. A comunicação é essencial para espalhar



informações sobre a dengue, incluindo estratégias de ocupação de espaços na mídia comercial, estatal e alternativa (como rádios comunitárias), e produção de materiais adaptados ao conhecimento local, sua linguagem e realidade. As campanhas na mídia e diversos canais de comunicação contemplam informações sobre: O que significa notificar casos? Por quê? Como fazer? E para que? Enfatizando a conexão entre a notificação de casos e as medidas de como a população pode se envolver nas iniciativas para reduzir os focos de reprodução.

Assim, ensinar sobre Educação Ambiental Emancipatória requer uma variedade de ferramentas para alcançar uma ampla gama de espaços educacionais, tanto formais quanto informais. A literatura sobre o assunto recomenda que quanto mais diversificadas forem as abordagens de ensino, maiores serão as chances de promover mudanças de comportamento e paradigmas.

Nesse sentido, os agentes de Combates às Endemias (ACEs) realizam o combate na prática, buscando eventuais focos do mosquito da dengue e eliminando-os também. É importante destacar que eles trabalham no controle de outras endemias, como malária, doença de chagas, entre outras. Esses profissionais devem colaborar com as equipes de atenção básica e da comunidade local, estabelecendo contato direto com a população para fornecer orientação e compartilhar conhecimentos sobre como evitar criadouros do *Aedes aegypti* em suas casas (Oliveira, 2002).

O fator decisivo é a comunidade, a sua participação e colaboração é fundamental no controle da dengue, a população deve ter sensibilização diante da problemática e se conscientizar que é peça importante juntamente com o agente de endemias e o gestor do município, buscar fazer sua parte mantendo a higiene e inspeção constante do seu ambiente doméstico, visto que a falta de cuidados de um vizinho pode afetar o outro que segue todas as medidas de prevenção.

É importante sensibilizar a população para a gravidade do problema representado pela dengue e conscientizá-la de que constitui uma peça fundamental juntamente com os agentes de endemias. Dado isso, a gestão desse vetor só pode ser realizada com a colaboração comprometida entre os gestores, agentes de endemias e comunidade, já que é por meio do trabalho em cooperação mútua e integrada que os objetivos comuns para resolver problemas são alcançados.

O município, ao optar por atuar em uma base territorial compatível com as equipes da Atenção Básica, facilita o reconhecimento e adequação das ações aos problemas de saúde da população e favorece a integralidade na atenção à saúde (Brasil, 2010). O que também ajuda a identificar os fatores de risco e proteção à saúde, que são fundamentais para planejar e executar ações coordenadas.

É importante notar que os ACEs têm a função de controlar as endemias por meio da inspeção e tratamento de focos, o que leva a considerá-los responsáveis pelo cuidado do ambiente externo à casa. O trabalho do Agente de Combate a Endemias envolve diferentes abordagens; não há uma padronização, mas sim um enfoque segmentado por tipo de doença (Brasil, 2010), ao passo seguem os quarteirões da unidade territorial.

Os Agentes de Endemias realizam um trabalho de conscientização que transforma a percepção dos moradores, inserindo intrinsecamente a Educação Ambiental no esforço de prevenção: as orientações sobre a necessidade de mudar a percepção da sociedade em relação aos problemas causados pela má destinação do lixo, que resulta no acúmulo de água em depósitos e na propagação das principais doenças transmitidas por vetores atualmente afetando a população, são consideradas pelas ACEs como ações que estão de acordo com



as atribuições preconizadas para os ACEs no Programa Nacional de Controle da Dengue - PNCD, conforme a Portaria MS nº.44, de 03/01/2002:

- . informar os moradores dos domicílios sobre a doença - seus sintomas, riscos e o agente transmissor - trabalhando junto a eles;
- . comunicar ao morador sobre a relevância de verificar a presença de larvas ou mosquitos transmissores da dengue em casa ou nas proximidades;
- . visitar os cômodos da casa com o morador para identificar locais onde existam larvas ou mosquitos transmissores da dengue;
- . instruir a população sobre como evitar e eliminar locais que possam ser propícios para a criação de criadouros do *Aedes aegypti*;
- . organizar encontros com a comunidade para incentivar sua participação nas medidas de prevenção e controle da dengue.

As atividades planejadas para o trabalho dos ACEs apoiam a definição de Reis (2012) de que a educação ambiental envolve as iniciativas educacionais destinadas a sensibilizar coletivamente sobre questões ambientais e participar na proteção do meio ambiente. Também se destaca a coerência dessas determinações com a ideia de que a educação ambiental deve ser direcionada para a comunidade, envolvendo os indivíduos na resolução ativa dos problemas (Reigota, 2001). As orientações, no entanto, não levam em consideração os efeitos da desigual distribuição de bens e serviços ambientais, uma vez que a disponibilidade de água tratada, saneamento básico, direito às áreas verdes e espaços de lazer variam entre grupos sociais diferentes (Santos, 2012).

Os agentes de combate às endemias podem realizar ações educativas para o controle de vetores através de várias estratégias de vigilância. No entanto, no âmbito da Vigilância em Saúde, as atividades educativas geram engajamento e ações coletivas na prevenção e controle de doenças. Assim, as atribuições do ACE são apresentadas dentro da perspectiva da Vigilância em Saúde com um foco territorial considerando sua capacidade operacional e técnica no desenvolvimento de seu papel, de forma a intervir nas condições de saúde e vida da população de maneira qualitativa.

A importância da territorialização para melhorar a eficiência das ações de saúde dentro do município e integrar a Atenção Primária com a Vigilância é enfatizada no planejamento para atuação da Vigilância da Saúde, conforme Monken e Barcellos (2007): o território integra os diversos setores para identificar os pontos mais críticos, propor estratégias e ações prioritárias nos locais com maior necessidade por um trabalho territorializado.

Alguns dos elementos que destacamos são: I. o território inclui a escola como um ator central para realizar educação em saúde e promover a saúde; II. o entendimento do ACE sobre como o meio ambiente influencia a saúde, criando riscos e vulnerabilidades à saúde; III. a capacidade de dialogar com a população, compreender sua linguagem e comunicar-se adequadamente para realizar ação educativa; IV. a capacitação como meio de ampliação da potencialidade do ACE e seu olhar sociopolítico, endêmico e ambiental.

Assim, os ACE já atuam de maneira não oficial em várias áreas da saúde, incluindo a escola. Esses profissionais já desenvolvem trabalhos de educação em saúde em seu território, dentro das comunidades e em ações nas unidades de saúde como promotores de Educação em Saúde e Educação Ambiental. Além disso, mesmo aqueles que não fazem parte dos grupos citados acima participam pontualmente de atividades nas instituições escolares.



#### 4. CONCLUSÕES

As conclusões derivadas do diálogo sobre políticas públicas e saúde ambiental são multifacetadas e apontam para várias direções significativas. Em primeiro lugar, fica evidente que a abordagem integrada entre políticas públicas e saúde ambiental é essencial para enfrentar desafios de saúde pública, como a propagação de doenças transmitidas por vetores, como a dengue.

Além disso, a territorialização das políticas de saúde, especialmente por meio do engajamento dos agentes de combate às endemias em nível local, demonstra ser uma estratégia eficaz para adaptar as intervenções às necessidades específicas das comunidades e garantir uma implementação mais eficiente e abrangente.

A análise crítica das políticas públicas, destacada no diálogo, revela a importância de abordagens baseadas em evidências e participativas para promover uma formulação mais eficaz e uma implementação mais equitativa das políticas de saúde ambiental.

Por fim, a convergência entre educação ambiental e saúde pública, como demonstrado pelo envolvimento dos agentes de saúde em ações educativas, destaca a importância da conscientização da comunidade e da construção de capacidades para promover mudanças de comportamento e atitudes em relação ao meio ambiente.

Em conjunto, essas conclusões destacam a necessidade de uma abordagem holística e colaborativa para abordar os desafios interligados de políticas públicas e saúde ambiental, visando criar sociedades mais saudáveis, resilientes e sustentáveis para o futuro.

Assim, enfatizamos que o trabalho do ACE envolve a combinação de conhecimento técnico e prático, adquirido no local, e comunitário. Portanto, nessa função de vigilância, esse profissional deve agir proativamente e tem uma visão ampliada da realidade territorial, o que o torna um trabalhador com atuação expandida na área da saúde. Dessa maneira, acreditamos que a Educação Ambiental é um dos caminhos para promover a saúde nos territórios onde atuam os profissionais ACE e pode ser muito mais do que apenas conscientização.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 02 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1007, de 4 de maio de 2010**. Define critérios para regulamentar a incorporação do Agente de Combate às Endemias - ACE, ou dos agentes que desempenham essas atividades, mas com outras denominações, na atenção primária à saúde para fortalecer as ações de vigilância em saúde junto às equipes de Saúde da Família. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2010. Seção I, p. 36-37.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Controle da Dengue**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BUENO, P. H. C; ANDRADE, C. S. P. Território e políticas públicas em uma abordagem geográfica. **Caminhos de Geografia**, v. 20, n. 71, 2019.

CASTRO, I. E. **Espaços da Democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Faperj, 2013.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOTTA, G. Agentes de Implementação: um olhar para as políticas públicas. **ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política**, Campinas: ABCP, 2008.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONKEN, M; BARCELLOS, C. C. O território na promoção e vigilância em saúde. In: FONSECA, A. F.; CORBO, A. M. D. (Org.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007. p. 177-224. (Coleção Educação Profissional e Docência em saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde, 1).

MULLER, P. La producción de las políticas públicas. **INNOVAR, Revista de ciencias administrativas y sociales**, Colombia, n. 12, 1998.

OLIVEIRA, M. V. **A educação popular em saúde e a prática dos agentes de controle das endemias de Camaragibe: uma ciranda que acaba de começar**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002.

PENTEADO, H. D. **Meio Ambiente e Formação de Professores**. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

PEREIRA, C. A. R; MELO, J. V.; FERNANDES, A. L. T. **A educação ambiental como estratégia da Atenção Primária à Saúde**. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade., v.7, n.23,p.108-116, 2012.



- REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001. vol. 292.
- REIS, L. C. L. **Conscientização ambiental: da educação formal a não formal**. Revista Fluminense de Extensão Universitária, Vassouras, v. 2, n. 1, jan. /jun. 2012. p. 47-60.
- SANTOS, G. B. G. **Fatores associados à ocorrência de casos graves de dengue: análise dos anos epidêmicos de 2007-2008 no Rio de Janeiro**. 2012. Tese de Doutorado.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.
- SAUVÉ, L. Uma cartografia das Correntes em educação ambiental. In: M. SATO; I. C. M. CARVALHO (orgs.). **Educação Ambiental**. Porto Alegre: Artmed. p. 17-45, 2005.
- SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- STEINBERGER, M. **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.